

AS ONGs DE “CULTURA E RECREAÇÃO” NO BRASIL: Análise do CENSO IBGE/IPEA 2005

Dr. Marcelo Paula de Melo (EEFD-UFRJ- Brasil)

marcelaomelo@gmail.com

Resumo: O inegável crescimento das chamadas organizações sem fins de lucro tem como substrato a expansão das formas de relação com os governos e o acesso ao fundo público no bojo da implementação do projeto neoliberal de sociedade em diversos países. Os campos de esporte e lazer sofrem grande influência desse processo. O objetivo desse texto é realizar uma análise a partir do CENSO IBGE IPEA 2005 das chamadas FASFILs. Mais especificamente, o foco estará no campo “Cultura e Recreação”, com sua interface direta na Educação Física e Lazer.

Palavras chaves: FASFILs, CENSO IBGE 2005, Esporte e lazer

Resumen: El innegable crecimiento de las llamadas organizaciones sin fines de lucro tiene como sustrato la expansión de las formas de relación con los gobiernos y el acceso a los fondos públicos a raíz de la implementación del proyecto neoliberal de la sociedad en muchos países. Los campos de deporte y de ocio están influenciadas en gran medida este proceso. El objetivo de este trabajo es analizar a partir del Censo IBGE 2005 IPEA de llamadas FASFILs. Más específicamente, la atención se centrará en el campo "Cultura y Recreación", con su interfaz directa en Educación Física y Ócio.

A atuação dos organismos privados sem fins de lucro na execução de políticas sociais tem sido um ponto marcante da ação estatal no Brasil nas últimas décadas. Sua expansão, bem a aceitação naturalizada por diversos partidos políticos, intelectuais orgânicos individuais e coletivos de variadas matizes políticas, indicam que esse aspecto central do projeto neoliberal de Reforma do Estado tem encontrado acolhida no Brasil, com a aprovação de legislações a partir do final dos anos 1990. O substrato desse quadro foi um avanço tanto no

número de entidades (Brasil, IBGE-IPEA, 2008) como no volume de contratos e convênios que passaram a travar com governos (em seus três níveis) (BRASIL, 2010).

Esse artigo pretende oferecer uma análise pormenorizada dos dados do CENSO IBGE-IPEA 2005 das chamadas Fundações e Associações sem fins de lucros (FASFILs). Mais especificamente, irá focar-se nas entidades que compõem o subcampo Cultura e Recreação. Este é um dos 10 subcampos que foram divididas as FASFILs em função de sua área de atuação. O referido subcampo possui duas divisões: a) Esporte e Recreação; b) Cultura e Arte. Entendemos que esses dois subcampos de “Cultura e Recreação” estão diretamente relacionados com a oferta de programas (em convênio com governos, empresas estatais, privadas ou organismos internacionais) de esporte e lazer. À luz dos dados traçaremos análises sobre sua constituição, ano de criação, média de funcionários por entidades, média salarial dos trabalhadores das mesmas, considerando os dados gerais e da divisão regional no Brasil. O suporte teórico de uma série de estudos sobre sociedade civil, políticas sociais, teoria de Estado, projeto neoliberal (Coutinho, 2006; Melo, 2011; Húngaro, Oliveira & Athayde, 2011) irá permitir ir além da apresentação de números e percentuais, mas situá-los na realidade brasileira. Esse texto segue a mesma estrutura do trabalho de Húngaro, Oliveira e Athayde (2011), que trabalharam com o Censo IBGE-IPEA 2002 sobre o chamado terceiro setor, com especial atenção ao subcampo “Esporte e Recreação”. Ao abordamos os dois subcampos de “Cultura e Recreação” no Censo 2005, mais que atualizarmos o trabalho pioneiro de Húngaro, Oliveira e Athayde (2011), daremos um avanço ao ampliarmos a base de dados a ser analisada.

PRÓLOGO OU SITUANDO O CENSO IBGE-IPEA DAS FASFILs

O Censo IBGE-IPEA das FASFILs pretende conhecer de maneira mais profunda esse campo, uma questão premente em função da execução do modelo de Estado trazido com as reformas neoliberais, mediante o aprofundamento das parcerias com tais organismos na sociedade civil na execução de políticas sociais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) uniram-se, com a assessoria da Associação Brasileira de ONGS (ABONG) e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), para realizar a tarefa de levantar dados em nível nacional do conjunto dessas entidades. Esse projeto gerou três edições do Censo das FASFILs. Em 2004, a primeira edição, com dados de 2002, foi publicada; em 2008, publicou-se a segunda edição, com dados de 2005; e em 2012 saiu a terceira edição, com dados de 2010. Cumpre registrar que esse artigo trabalhará apenas com dados de 2005 (BRASIL. IBGE-IPEA, 2008).

O Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do Ministério da Fazenda, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foram determinantes para uma efetiva precisão dos dados acerca das chamadas entidades sem fins de lucro. No CEMPRE encontram-se a razão social, endereço completo, nome fantasia da entidade, a classificação da atividade principal, o ano de fundação e código de natureza jurídica, que forma o subgrupo no código de natureza jurídica 3. O Censo adotou parâmetros internacionais, baseado na Divisão de Estatísticas da ONU, possibilitando comparações com outros países e mesmo com estudos anteriores e posteriores, adotando cinco critérios na definição precisa das entidades que são chamadas de Fundações e Associações Sem Fins de Lucro (FASFIL). Para ser uma FASFIL, as entidades devem ser:

- 1) Privadas, desvinculadas do aparelho de Estado;
- 2) Sem fins lucrativos declarados, não distribuindo lucros entre os proprietários ou diretores. Quando gerarem lucros, que sejam investidos na própria entidade nas chamadas atividades-fim.
- 3) Estarem legalmente constituídas;
- 4) Auto-administradas, isto é, capacidade própria de gerenciamento de suas atividades;
- 5) Voluntárias, no sentido de participação associativa deliberada de qualquer indivíduo ou grupo de pessoas, livremente decidida por sócios ou fundadores (BRASIL. IBGE-IPEA, 2008).

No Código Civil apenas três figuras jurídicas estariam contempladas à luz dos pontos acima destacados: As Fundações, Associações e Organizações Religiosas. Isso exclui um conjunto de organizações que mesmo sendo, em tese, sem fins de lucro não comporiam as Fundações e Associações Sem Fins de Lucro (FASFILs). O Censo IBGE-IPEA 2005 aponta que houve um crescimento de 22,6% em relação a 2002, onde havia no Brasil 275895 FASFILs. Em 2005 esse número saltou para 338162 entidades (Brasil, IBGE-IPEA, 2008).

Em 2005, as FASFILs brasileiras tinham em média 12,3 anos, com 41,5% (ou 140261 entidades) surgidas nos anos 1990, sendo também digna de menção a explosão de entidades nos anos 2000 (até 2005) como surgimento de 89166 entidades, representando 26,3 % do total de entidades. Os anos de implementação do projeto neoliberal no Brasil (2 mandatos de Cardoso\PSDB e 1 mandato de Lula da Silva\PT) (Melo, 2011) registraram exponencial crescimento do número de FASFILs. Em 1996 (2º ano do 1º mandato Cardoso) havia no Brasil 107,3 mil FASFILs. Essa cifra sobe para 338,162 mil em 2005 (3º ano do 1º mandato de Lula da Silva-PT), com um crescimento de 215,1% no número de entidades. Por outro lado, Apenas 13,1% das FASFILs foram criadas antes dos anos 1980 (BRASIL. IBGE-IPEA, 2008, p. 46).

Há 10 grandes áreas de atuação- com suas subdivisões- das FASFILs nos censos. As áreas são: A) habitação (456 entidades, correspondentes a 0,1% do total); B) saúde (4464 entidades, com 1,3% do total); C) cultura e Recreação (46999 entidades, correspondendo a 13,9% do total); D) Educação e pesquisa (19940 entidades, que representam 5,9%); E) Assistência Social (39395 entidades, que corresponde a 11,6%); F) Religião (83775, equivalente à 24,8% das entidades); G); meio ambiente e proteção animal (2562 entidades, que representam 0,8% do total); H) desenvolvimento e proteção de direitos (60259 entidades, equivalente à 17,8%); I) Associações patronais e profissionais (58796 entidades, que são 17,4% do total; J) outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas anteriormente (21516, representando 6,4%).

FASFILs, ESPORTE E LAZER: o campo “Cultura e Recreação” no Censo 2005

A discussão acerca dos chamados projetos sociais pode vir inebriada por um nuvem supostamente solidária e garantidora e/ou promotora de cidadania. Sem desconsiderar eventuais contribuições em cada caso concreto, mas também sem generalizar como isso fosse uma totalidade do campo, posições louvadoras como redentores de uma cidadania perdida tendem a cegar sobre os condicionantes que envolvem os próprios projetos sociais.

Em tempos de batalha no campo das ideias é necessário expressar precisamente suas pretensões e alcance. Não são conceitos neutros, como aliás, nenhum conceito. Faz-se necessário tentar captar o que se pretende afirmar quando refere-se a “projetos sociais”, considerando a polissemia que o termo recebe. Por vezes ações governamentais, executadas por entes estatais ou por organizações privadas com financiamento estatal, recebem essa denominação. Nesse caso, consideramos um equívoco com severas consequências. Preferimos usar o conceito “políticas públicas” consagrado na literatura e na luta histórica por ampliação de direitos sociais mediante destinação de parte do fundo público ao atendimento de demandas históricas dos trabalhadores em diversas frentes, sendo ou não executado por órgão da aparelhagem estatal. Por outro lado, “projetos sociais” remetem a ações plenamente privadas a partir de financiamento de empresas ou outros organismos na sociedade civil (inclusive internacional) e com execução de ações por parte de FASFILs. A esse último consideramos mais pertinentes chamar de “Projetos Sociais”. A confusão desses conceitos deixam imensas portas abertas à privatização explícita ou indireta da ação estatal. Em função das contradições, interesses antagônicos e/ou divergentes entre classes sociais (e também no interior das classes sociais fundamentais) não expressar com toda clareza as distinções entre ações estatais e privadas cumpre importante função na legitimação da lógica privatista que acompanha o projeto neoliberal de sociedade (Melo, 2011).

O Censo IBGE-IPEA 2005 do chamado terceiro setor possui um campo com profundas interfaces com as áreas de Educação Física e Lazer. Há um grupo, “Cultura e Recreação”, que engloba os subcampos “Cultura e Arte”(14796, que representam 4,4 % do total e 31,5% dentro do grupo em questão) e “Esporte e Recreação” (32203 entidades, que representam 9,3% do total das FASFILs e 68,5% do grupo), que totalizam 46999 FASFILs.

A descrição das entidades que compõem os subcampos permite vislumbrarmos essa inserção das mesmas como locais em que ocorrem variadas manifestações esportivas, práticas corporais e/ou de lazer. O subgrupo “Cultura e Arte” inclui:

- As associações culturais, Associações de artesãos, as escolas de samba, os grupos carnavalescos, as academias de letras, os teatros, as bandas, os corais, os grupos folclóricos, os museus, as bibliotecas, as rádios, as filarmônicas e os centros de tradições gaúchas. Este subgrupo inclui também: A edição, impressão e reprodução de gravações; As atividades cinematográficas e de vídeo; as atividades de rádio e televisão; outras atividades artísticas e de espetáculos (BRASIL. IBGE-IPEA, 2008: 146).

Por sua vez, o subcampo “Esporte e Recreação” é composto por:

-Os grupos escoteiros e guardas mirins; as associações recreativas, esportivas e atléticas; associações de funcionários voltadas ao esporte, lazer e recreação; clubes diversos tais como de futebol, esportivos, kart, moto, camping, jockey, jeep, aero entre outros; as associações de turismo em geral. Este subgrupo inclui também: as associações de intercâmbio; as associações de Yoga; as atividades desportivas; e outras atividades relacionadas ao lazer (BRASIL. IBGE. 2008: 147);

A partir disso, é possível situar que esse universo inclui não apenas clubes recreativos esportivos, mas também os grupos de interesses específicos dentro

das práticas corporais e/ou esportivos. Muitos são espaços de atuação profissional de egressos dos cursos de Educação Física.

Houve considerável crescimento do número de entidades no período de 1996-2005 em diversos campos, em alguns casos com divergências dentre os subcampos que os compõem. Isso é notório dentre as FASFILS do campo “Cultura e Recreação”, que cresceu no período 169,8%, menos que a média nacional (215,1%). Contudo, internamente há disparidades imensas, com subcampo “Esporte e Recreação” crescendo 132% no período e “Cultura e Arte” com uma espantosa expansão de 317,6%. Ou seja, a diferença entre o número de entidades dos dois subcampos decresceu.

No tocante à distribuição regional, no campo Cultura e Recreação, temos que das 46999 FASFILs em 2005, 78,3% estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste, cumprindo registrar que tais regiões tinham aproximadamente 56,2% da população brasileira em 2005. Especificamente no subitem “Esporte e Recreação” essa concentração é ainda maior. Nas regiões supracitadas encontram-se 80% das entidades dessa rubrica no país. Essa concentração não é uma surpresa e manifesta-se em alguns outros campos como Saúde (76% das entidades), Educação e pesquisa (69,2% das entidades)¹, Habitação (73,2%), Assistência Social (75,2% das entidades), Religião (75,5%).

Estão localizadas na Região Norte 1487 (3,16% do campo) entidades (“Cultura e Arte” são 501 e “Esporte e Recreação” são 986). Já no Nordeste estão 6348 (13,5% do campo) entidades (“Cultura e Arte” são 2574 e “Esporte e Recreação” são 3774). Na região Sudeste estão situadas 20374 (43,3% do campo) FASFILS (“Cultura e Arte” são 6418 e “Esporte e Recreação” são 13956). Por outro lado, na região Sul estavam localizadas 16408 (34,9% do campo) entidades (“Cultura e Arte” são 4584 e “Esporte e Recreação” são 11824). Por fim, na região Centro-Oeste 2382 (5% do campo) entidades (“Cultura e Arte” são 719 e “Esporte e Recreação” são 1663).

¹ No subitem Educação Superior tal concentração sobe para 74% das entidades no Sul e Sudeste.

Quanto ao ano de criação das entidades do campo Cultura e Recreação podemos apontar tendências relevantes ao debate. Das 46999 FASFILs em 2005, baixo número delas (2050 ou 4,36% do total) foram registradas antes de 1970, sendo 382 entidades de Cultura e Arte e 1668 de Esporte e Recreação. Nos anos 1970 foram criadas 7159 FASFILs (15,23% do total do campo), divididas em 1167 entidades de Cultura e Arte e 5992 entidades de Esporte e Recreação. Já na década seguinte (anos 1980) surgiram 11735 (24,96% do campo) FASFILs, sendo 2685 em Cultura e Arte e 9050 em Esporte e Recreação. Nos anos 1990 surgiram 15819 FASFILs (33,65% do total) nesse campo, sendo 5991 em Cultura e Arte e 9828 em Esporte e Recreação. Nos anos 2000 (até 2005) surgiram 10236 entidades (21,77% do total), sendo 2571 de Cultura e Arte e 5665 para Esporte e Recreação. Mais da metade das entidades (55,42%) surgiram a partir dos anos 1990, já numa quadra em que o projeto neoliberal estava sendo implementado no Brasil pelos blocos no poder (Collor; Itamar, FHC-PSDB e Lula da Silva\PT).

A distribuição dos trabalhadores nesse campo permite vislumbrar que o subcampo “Esporte e Recreação” possui maior capilaridade que o “Cultura e Arte”. Ainda assim, a rubrica Cultura e Recreação reúne nas 46999 entidades 136450 trabalhadores, indicando uma relação de perto de 3 trabalhadores para cada entidade. Desses, 95134 trabalhadores (69,7% do campo e 5,7% do total das FASFILs) atuam nas entidades do subcampo “Esporte e Recreação”. Já no “Cultura e Arte” atuam 41316 trabalhadores, que equivalem a 30,3% do campo e 2,4% dos ocupados em geral.

O próximo passo será a análise, no campo da Cultura e Recreação no censo IBGE-IPEA 2005, da distribuição de trabalhadores em relação às regiões do Brasil, lembrando que atuavam 136450 trabalhadores nas FASFILs desse campo em 2005. Na região Norte eram 4267 trabalhadores (3,12% do total registrados no campo), dos quais 1891 em Cultura e Arte e 23760 em Esporte e Recreação. Na região Nordeste estavam registrados 9937 trabalhadores (7,28% do total) no campo Cultura e Recreação, dos quais 2468 trabalham em Cultura e Arte e 7469 em Esporte e Recreação. Na região Sudeste havia 86841

trabalhadores (63,64% do total do campo), sendo 23766 em Cultura e Arte e 63075 em Esporte e Recreação. Já na região Sul, nas FASFILs de Cultura e Recreação estavam ocupados 26740 trabalhadores (19,59% do total), dos quais 9459 atuam em Cultura e Arte e 17281 em Esporte e Recreação. Por fim na região Centro-Oeste atuavam 8665 trabalhadores (6,35% do total), sendo 3732 em Cultura e Arte e 4933 em Esporte e Recreação (BRASIL-IBGE, 2008, p. 36).

Mais do que um número absoluto, os números relativos à média trabalhador\entidade em cada região do país ajudará a mensurar como era o tamanho das entidades no campo “Cultura e Recreação” em 2005. Certamente o número médio de funcionários por entidade permitirá inferirmos minimamente o volume de recursos que as entidades manejam, uma vez que, salvo problemas só detectáveis em análises pormenorizadas de cada caso concreto, o número de funcionários é proporcional a abrangência da atuação de cada entidade. Cabe ressaltar a possibilidade de que grandes FASFILs atuem mediante terceirização de algumas funções implicando na diminuição no número de funcionários registrados sob suas hostes, malgrado o volume de recursos que movimentam.

No campo da “Cultura e Recreação” existem em média apenas 2,9 funcionários por entidade no cômputo nacional. No subcampo “Cultura e Arte” a média de funcionário\ entidade no Brasil é de 2,8. Já no subcampo “Esporte e Recreação” a média é de 3 funcionários por entidade. No tocante a divisão regional, algumas peculiaridades chamam a atenção.

A média de funcionários\entidade no campo “Cultura e Recreação” na Região Norte é 2,9. No Subcampo “Cultura e Arte” a média de funcionário\entidade é de 3,8, acima da média nacional por entidade nesse subcampo. Já no subcampo “Esporte e Recreação” a média é de 2,4 funcionários por entidade, menor que a média nacional nesse subcampo, que é 3 funcionários por entidade.

Na região Nordeste esse índice caiu para 1,6 funcionários por entidades, abaixo da média nacional (2,9 por entidade). O subcampo “Cultura e Arte”, com a média de 1 funcionário por entidade, possui uma média menor que a nacional com 2,8 funcionários por entidades. Já no subcampo “Esporte e Recreação” há uma diferença também acentuada em relação à média nacional de funcionários por entidade (3), apresentando apenas 2 trabalhadores por FASFIL nesse campo. Isso fornece fortes impressões de entidades minúsculas em termos de atendimento. Mesmo que sejam pautadas no trabalho não remunerado de seus instituidores, esse número diminuto de funcionários implica em parca estrutura, provavelmente sem sede própria que não seja casa dos instituidores. Certamente, a jovialidade das instituições contribui para tal quadro. Fica o alerta de acompanhar nos próximos censos a relação funcionários\entidades nessas regiões (norte e nordeste) para ver o aumento (ou não) dessa razão, o que indicaria um maior alcance financeiro das entidades.

Na região sudeste as médias gerais e por subcampo no âmbito de “Cultura e Arte” são maiores que as nacionais, o que tem sido uma tendência de uma forma geral no Censodas FASFILs nessa região. Essas entidades situadas na referida região possuem uma média de 4,3 funcionários cada. O subcampo “Cultura e Arte” apresenta uma média de 3,7 funcionários por entidades, acima da média nacional de 2,8. O subcampo “Esporte e Recreação” possui uma média de 4,5 funcionários por entidades, contra uma média nacional de 3,0.

Na região Sul as médias gerais e por subcampo no âmbito de “Cultura e Arte” são menores que as nacionais. Essas entidades situadas na referida região possuem uma média de 1,6 funcionários cada. O subcampo “Cultura e Arte” apresenta uma média de 2,1 funcionários por entidades, abaixo da média nacional de 2,8. O subcampo “Esporte e Recreação” possui uma média de 1,5 funcionários por entidades, contra uma média nacional de 3,0.

Na região Centro-oeste as médias gerais e por subcampo no âmbito de “Cultura e Recreação” são maiores que as nacionais. Essas entidades situadas na referida região possuem uma média de 3,6 funcionários cada. O subcampo “Cultura e Arte” apresenta uma média de 5,2 funcionários por entidades, abaixo

da média nacional de 2,8. O subcampo “Esporte e Recreação” possui uma média de 3,0 funcionários por entidades, igual a média nacional. Não há uma separação por estados, mas certamente a presença do Distrito Federal tende a inflar esses dados. A existência de uma série de clubes sociais de servidores públicos de diversas estirpes, centros culturais voltadas ao público formado pela burocracia, tende a elevar esses índices em relação ao Centro Oeste.

No tocante à remuneração média dos trabalhadores nas FASFILs um quadro interessante revela-se do Censo 2005. Os 1.709.156 de assalariados nas 338.162 entidades recebiam em média 3,8 salários mínimos por mês, pouco acima dos trabalhadores em geral cadastrados no CEMPRE do Ministério do Trabalho em 2005 (BRASIL.IBGE-IPEA, 2005:43). No campo “Cultura e Recreação” a remuneração média dos trabalhadores é idêntica a nacional com 3,8 salários mínimos. Contudo, isso esconde um profundo desequilíbrio entre os subcampos que o compõem. No Subcampo “Cultura e Arte” esse valor sobe para 5,7 salários mínimos, ao passo que em “Esporte e Recreação” cai considerável para uma média de 3,0 salários por trabalhador registrado. Isso revela que os poucos esportistas profissionais de futebol, basquete e voleibol que recebem salários grandiosos ou não são expressivos em termos quantitativos para influenciar a média salarial desse campo a que certamente estão vinculados- funcionários registrados clubes recreativos- ou seus contratos de trabalho com esses clubes não alcançam essas cifras, ficando seus vínculos profissionais travados como pessoas jurídicas e não como trabalhadores. Não obstante, o campo Cultura e Recreação parece reunir trabalhadores mais escolarizados nas diversas instituições que o compõem.

Esse quadro ganha novos contornos quando acrescentamos as variações regionais. Assim, há uma considerável disparidade quanto à remuneração média dos trabalhadores nas FASFILs por região. No campo “Cultura e Recreação” essa variação vai 1,8 salários mínimos na região nordeste à 4,0 salários nas regiões Sudeste e Sul, onde os trabalhadores obtêm em média maior remuneração. Os números encontrados no subcampo “Cultura e Arte” indicam uma disparidade ainda mais intensa. Enquanto na Região Nordeste os trabalhadores desse subcampo recebem em média 2,3 salários mínimos,

aqueles que atuam nas regiões Sudeste e Sul recebem, respectivamente, 6,1 e 6,0 salários mínimos. Já no subcampo “Esporte e Recreação” essa variação atinge um abismo menos intenso, já que o salário mínimo da região que melhor remunera (sudeste) atinge apenas 3,2 salários, enquanto a de menor remuneração (Nordeste) atinge 1,7 salários mínimos (BRASIL.IBGE-IPEA, 2005, p. 45). Quando falamos em trabalhadores do campo Esporte e recreação e pela definição das entidades que o compõem estamos abordando um universo que incluem professores das diversas modalidades, esportistas com algum grau de vínculo formal com clubes, pessoal administrativo dessas entidades dentre outras variantes. A média salarial na Região Nordeste ser de 1,7 salários mínimos revela um quadro terrível para os trabalhadores desse campo.

Ao mesmo tempo, também podemos apontar nesse campo o crescimento em termos de pessoal assalariado, ainda que bem comedido. O campo da “Cultura e Recreação” salta de 109395 trabalhadores, em 1996, nas FASFILs para 119692 em 2002 e 136450 em 2005. Sendo mais específico, o subcampo “Cultura e Arte” a variação no número de trabalhadores foi de 23339 em 1996 para 31670 em 2002 (35,7%) e 41316 em 2005 (consideráveis 30,5%, por trata-se de um intervalo de apenas 3 anos - em relação a 2002). Por sua vez, no subcampo “Esporte e Recreação”, a variação de trabalhadores foi mínima, passando de 86056 em 1996 para 88022 em 2002 (apenas 2,35%) e 95134 em 2005 (saltando 8,1% em relação a 2002).

No tocante à força de trabalho empregada nas FASFILs no Brasil, o Censo (Brasil. IBGE-IPEA, 2008, p. 24) revela que em 2005 havia 1.709.156 de assalariados nas 338162 entidades. É revelador o fato de mais da metade desses trabalhadores (57,1%) estarem registrados em FASFILs do sudeste, sendo que 553,7 mil trabalhadores (32,4%) apenas no Estado de São Paulo (p. 33). O fato de perto de 1\3 dos trabalhadores atuarem em entidades no estado mais desenvolvido do ponto de vista urbano industrial é revelador da relação direta e expressa entre a pluralidade de entidades e o grau de ocidentalização (Coutinho, 2006) sem que isso queira indicar maior democratização das relações sociais a priori. Indica apenas que a sociedade civil tornou-se ela

também uma madura arena de manifestação dos determinantes mais centrais da sociedade capitalista.

Ao mesmo tempo, chama atenção o fato de 79,5% das entidades (268887 de total de 338162) não possuírem, em 2005, nenhum funcionário registrado (BRASIL. IBGE-IPEA, 2008:38). Isso indica uma atuação ou pautada no chamado trabalho voluntário ou de seus instituidores, bem como a possibilidade de apropriação de bolsas e estágios com estudantes de nível médio ou superior, não configurando vínculo com esses sujeitos. Além disso, 28151 entidades (8,3% das mesmas) possuem entre 1 e 2 funcionários, totalizando somente 37823 trabalhadores, ou 2,2% do total de empregados. Na outra ponta, apenas 487 entidades (0,1% do total) possuem 500 ou mais funcionários. Isso esse diminuto número de FASFILs totalizam 563456 funcionários (33% do total de trabalhadores desse campo). Mais ainda, quando somamos os três grupos com mais funcionários (50 a 99; 100 a 499; 500 ou mais trabalhadores registrados) temos a impressionante marca de 5669 entidades ou 1,6% do total das mesmas no país em 2005. Ao mesmo tempo, esse diminuto universo empregavam 1.252.040 trabalhadores das FASFILs, 73,3% do total de assalariados registrados nesse campo.

No imenso grupo de FASFILs sem nenhum trabalhador assalariado (268887 entidades ou 79,5% do total) 37240 entidades (espantosamente 11% do total das FASFILs em todos em campos) são do campo “Cultura e Recreação”, de um total de 46999 entidades nesse campo no Brasil em 2005, implicando na afirmação de que 79,2% não possuem sequer um funcionário registrado, bem próximo a média nacional. As FASFILs desse campo que possuem de 1 a 2 funcionários registrados são 4375, que representam 9,3% das entidades de Cultura e Recreação. Já àquelas que possuem de 10 a 49 funcionários são 1814 entidades desse campo, representando quase 3,8% das FASFILs. Por sua vez, as FASFILs que possuíam em 2005 de 50 a 99 funcionários nesse campo era 263, equivalendo a 0,55% desse total. Subindo no número de funcionários, encontramos em 2005, apenas 218 FASFILs que possuíam entre 100 a 499 funcionários, equivalendo a 0,46% do total de entidades desse

campo. Por fim, 17 FASFILS desse campo possuíam mais de 500 funcionários, implicando em 0,03% do total de entidades de “Cultura e Recreação” (p. 41). Cumpre registrar que é o conjunto do campo, unindo “Esporte e Recreação” e “Cultura e Arte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço no número de FASFILs no Brasil guarda relação com a ampliação das possibilidades de contratos com entes públicos na prestação de serviços de diversas ordens. A explosão quantitativa de legislações incentivadoras do estabelecimento de contratos de gestão, termos de parceria, convênios e outras formas de relação entre organismos privados sem fins de lucros (FASFILs) e os entes públicos (BRASIL. 2010) atesta esse fato. Ao mesmo tempo, indica que a consolidação do processo de ocidentalização da sociedade brasileira (Coutinho, 2006) com a existência de uma sociedade civil robusta e dinâmica na defesa de múltiplos interesses, sem que isso represente a priori avanço democrático.

Os dados sobre número de entidades, número de funcionários assalariados e média salarial confirmam as profundas desigualdades regionais do Brasil. A distância vislumbrada entre as regiões Sul e Sudeste do Norte e Nordeste no tocante às FASFILS seguem a tendência vislumbrada por Húngaro, Assis e Athayde (2011) na análise do Censo 2002 das FASFILs. Disparidades que mostram que menos do que qualquer atitude abnegada do conjunto dessas entidades as mesmas comportam-se em função das condições de manutenção de suas atividades. Isso implica na obtenção de fontes de financiamento ou na condição de vendas de seus serviços. Ao mesmo tempo, é inegável que a umbilical ligação da expansão das possibilidades de convênios e contratos das FASFILs com governos (e empresas estatais, como Petrobrás, mediante seus convênios) faz com que sua concentração siga as possibilidades de financiamento.

O imenso volume de entidades legalmente constituídas sem nenhum funcionário registrado traz para os pesquisadores um imenso desafio. Faz-se

necessário –e reconhecendo as imensas dificuldades- um contato empírico com algumas dessas entidades para compreender como vivem, como se mantêm e qual seu cotidiano de atuação. Quais atividades realizam? São muitas questões ainda em aberto, só podendo serem enfrentadas por novas pesquisas. Isso mostra que o esforço de apresentação dos dados do Censo é uma tarefa muito relevante, mas que precisa servir como estimuladora de novos trabalhos.

REFERÊNCIAS:

Brasil. Presidência da República. (1995). Câmara de Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília. Presidência da República.

Brasil. Ministério do Planejamento: Secretaria de Gestão. (2010). *Relações de Parceria entre Poder Público e Entes de Cooperação e Colaboração no Brasil*. Brasília: Ministério do Planejamento.

Brasil. IBGE/IPEA. (2008). *As Fundações privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil -2005*. 2ª Edição. Brasília: ABONG/GIFE/IBGE/IPEA.

Coutinho, C. N. (2006). *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez.

Hungaro, E; Olivera, B; Athayde, P. (2011). O crescimento do Terceiro Setor no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. *Lecturas Educación Física y Deportes* (Buenos Aires), v. 15, p. 153.

Melo, M. (2011) *Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.